

O Conhecimento, a Formação e a Auto-Aprendizagem como factores impulsionadores do desenvolvimento regional

Abstract

O recente interesse pelo estudo do desenvolvimento regional e mais concretamente das assimetrias decorrentes dos processos de integração económica, que ameaçam levar ao esvaziamento progressivo de territórios competitivos ao nível comunitário, é de particular interesse para Angola. Os alicerces da competitividade angolana, exceptuando os sectores do petróleo e diamantes, são as vantagens comparativas derivadas dos clássicos fatores de produção: mão-de-obra acessível, terra e capital. No novo paradigma da economia do desenvolvimento regional, estas vantagens deixam de ser relevantes, principalmente diante do “novo” factor de produção, o conhecimento. Esta abordagem mais recente é de força capital quando se ambiciona trabalhar numa estratégia de redução das assimetrias regionais do país.

No que concerne a este “novo” factor de produção e mais propriamente à educação/formação, não se deve reduzir o espectro da intervenção ao exclusivo financiamento público exceptuando casos relacionados com a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação. A necessidade de proporcionar percursos de formação que sejam mais do que conjuntos de disciplinas (Baker & Siryk, 1989; Ferreira, 1991), e promover cenários de vivência académica em que os alunos participem activamente na construção da sua formação, estimulando assim a auto-aprendizagem (e.g., Fouad & Smith, 1996; Gainor & Lent, 1998; Hackett, Betz, Casas & Rocha-Singh, 1992; Lapan, Boggs & Morril, 1989; Lent, Brown & Larkin, 1984, 1986; Lent, Lopez & Bieschke, 1991, 1993) são essenciais neste objectivo de desenvolvimento.

A produtividade das empresas é um assunto complexo, de difícil compreensão, em que deve emergir sempre o individuo como o essencial neste processo. Já em 1964, Blau e a sua Social Exchange Theory aborda a necessidade de relacionar processos e pessoas, trocas sociais entre chefias e colaboradores maximizando os processos de produtividade nas empresas. Estes processos internos de trocas sociais, que nas organizações existem também a nível formal, através das práticas de gestão de pessoas, como a formação, produzem efeitos nesta produtividade. A formação é um dos processos internos das empresas mais difíceis de compreender a nível de impacto organizacional e individual (Kirkpatrick, 1979) mas a nível

de desenvolvimento organizacional e pessoal é aquele que traduz benefícios mais óbvios e directos para o indivíduo através da passagem de conhecimento.

O nosso trabalho tem como base teórica as “theories of regional imbalance”, tendo como representantes mais reconhecidos François Perroux (1955), Hirschman (1957 e 1958), e Kaldor (1967), o Modelo de Causalidade Circular e Cumulativa de Myrdal (1957) e o Modelo de Ajustamento e Bem- Estar sob condições de vida normativas (Lent, Brown & Hackett, 2006). O denominador comum do seu pensamento económico era o de que o livre jogo das forças do mercado não tenderia para o equilíbrio económico interno, mas sim que os “Back-wash effects” (efeitos negativos para a periferia) mais que compensariam os “Spread-wash effects” (efeitos positivos). O factor diferenciador deste trabalho reside na apresentação dessa força impulsionadora do desenvolvimento regional: o “factor de produção” conhecimento/educação e as diferenças espaciais bem como a sub-valorização às quais tem estado sujeito.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, assimetrias, produtividade, auto-aprendizagem, agentividade pessoal, formação.

Classificação JEL: O14, R12, R13

Autores:

Carla Azevedo Lobo, assistente na Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Cristina Costa Lobo, professora auxiliar convidada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Ana Teresa Ferreira, investigadora assistente da Universidade do Minho e Assistente convidada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Luís Cunha Ferreira, assistente na Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Introdução:

Na génese deste trabalho está a percepção da necessidade e oportunidade de analisar a importância do conhecimento/educação para a competitividade regional no sentido de oferecermos contributos que autorizem informar mecanismos e processos sócio-económicos que possibilitem inverter esta tendência de crescentes desigualdades e potenciem o aparecimento de dinâmicas regionais de desenvolvimento.

No evoluir desta redacção apresentam-se diversas vertentes teóricas que nos permitem testemunhar a importância crescente do factor Educação/Conhecimento nas Teorias do desenvolvimento regional e o seu ajuste ao exame da competitividade territorial. Assim, numa fase inicial, procederemos à conceptualização da questão do desenvolvimento regional e exporemos as teorias emolduradas pelo paradigma do desenvolvimento exógeno: teoria neoclássica e teorias do desenvolvimento desigual e, finalmente, serão analisadas e interpretadas as teorias do desenvolvimento endógeno.

Num ponto seguinte, exporemos o conceito e dimensões de Competitividade e, ainda antes das conclusões deste trabalho, será concretizada uma confrontação entre alguns indicadores económicos e sociais de grandes zonas regionais angolanas, que possibilitam patentear fortes divergências inter-territoriais no país.

1. Enquadramento Geral

Diversos autores (Porter, 1990; Lopes, 1998; Mateus et al., 2000; Huggins, 2003; Ferreira et al., 2006; entre outros) têm proposto modelos que visam avaliar a capacidade competitiva de uma região em função de determinadas variáveis, endógenas e exógenas. Apesar da diversidade dos modelos há alguma uniformidade no que respeita à inclusão de certas variáveis como explicativas da competitividade regional. Variáveis como a dotação regional de recursos, a qualificação do capital humano, o estabelecimento de redes de cooperação entre actores regionais e a dinâmica de inovação são, sistematicamente, apresentadas como factores de competitividade regional.

Ao longo deste trabalho, irão ser usados diversos conceitos chave – desenvolvimento regional, competitividade regional e inovação - que, pela sua importância, devem ser claramente definidos.

De acordo com Aydalot (1985), o desenvolvimento era, tradicionalmente, encarado como um conjunto de alterações quantitativas nas variáveis produto e rendimento; baseava-se numa óptica funcionalista em que o espaço era apenas o suporte físico das actividades económicas. O moderno conceito de desenvolvimento entra em ruptura com esta lógica e propõe o retorno a uma óptica territorial: é num enquadramento local, pela valorização dos recursos locais, com a participação de actores locais que o desenvolvimento poderá, realmente, responder às necessidades das populações. Neste contexto, a definição de Blakely (1994), segundo a qual o desenvolvimento regional é o esforço feito por uma comunidade na utilização dos seus recursos físicos, humanos, sociais e económicos no sentido de criar um sistema económico auto-sustentado, é hoje em dia altamente valorizada.

A problemática do desenvolvimento regional é tradicionalmente enquadrada por dois paradigmas: o paradigma exógeno, de carácter economicista que explica o desenvolvimento com base numa acumulação de riqueza resultante do livre funcionamento dos mercados e da participação das empresas regionais nos fluxos comerciais; a ênfase é colocada na industrialização e especialização produtiva como fontes de vantagem competitiva de uma região. Em contraponto, o paradigma endógeno valoriza as questões relacionadas com a aquisição de competências dos recursos humanos, o que permitirá criar um potencial de inovação que se irá reflectir positivamente na economia regional. No presente trabalho, adoptar-se-á o paradigma endógeno uma vez que é o único que considera a organização espacial como um factor autónomo e diferenciado.

Os conceitos de desenvolvimento e competitividade regionais, apesar de conceptualmente distintos, encontram-se articulados uma vez que qualquer processo de desenvolvimento regional só fará sentido se, efectivamente, conseguir melhorar a competitividade da região no contexto global em que se encontra inserida. A definição proposta por Lopes (1998) de competitividade territorial como “uma realidade conceptual, que exprime a capacidade de uma dada comunidade territorial para assegurar as condições económicas do desenvolvimento sustentado” é aquela que melhor reflecte a interdependência entre os dois conceitos.

Sendo a competitividade regional encarada como a capacidade das regiões em proporcionar, simultaneamente, condições de sucesso empresarial (medido através da participação das empresas no mercado global) e um alto nível de vida à população (Fagerberg *et al.*, 2004) torna-se necessário identificar os factores que determinam competitividade de uma região.

Um desses factores é a inovação. Drucker (1986) refere inovação como a acção que dota os recursos de uma nova capacidade em criar riqueza e considera-a como o instrumento específico da actividade empresarial. No entanto, a definição mais abrangente é proposta por Silva (2003) que define inovação como um “processo não linear, evolucionário, complexo e interactivo de aprendizagem e de relacionamentos entre a empresa e o seu meio envolvente”. Daqui ressalta o carácter continuado que as práticas inovadoras devem assumir, bem como, a necessária articulação entre todos os sectores da empresa e a colaboração externa com outras empresas, instituições financeiras, de formação profissional, de consultadoria, universidades e centros de investigação e organismos da administração local e central. Esta definição, para além da sua abrangência, apresenta-se particularmente interessante, no quadro deste trabalho, uma vez que introduz um dos elementos centrais na nossa hipótese principal: A Educação/Conhecimento como fator impulsionador do desenvolvimento regional. A nossa realidade actual do mundo de trabalho é muito diferente daquela existente há algumas décadas. Esta mudança radical relativa a este assunto exige adaptações de toda a sociedade com vista a um maior ajuste das perspectivas, anseios e desejos da população em relação à realidade do meio laboral. Uma das estratégias adoptadas por muitos indivíduos é investir cada vez mais numa boa formação académica, com o objectivo de alargar o leque de opções de empregabilidade, após a conclusão da formação.

Também o modelo da Tripla Hélice assenta na hipótese de base que, numa economia baseada no conhecimento, a inovação surge a partir das interacções entre empresas (o centro da produção), instituições de Ensino Superior (a fonte de conhecimentos e tecnologia) e os diversos organismos, da administração central e local (que desempenham actividades de apoio e suporte à inovação) (Jacob, 2006).

No nosso contexto actual, em que uma formação académica não representa por si só um passaporte para um emprego de qualidade correspondente, verifica-se uma crescente preocupação entre os estudantes e as instituições de ensino com o ajustamento dos seus alunos (Bowers, Dickeman & Fuqua, 2001). A transição do ensino para o mundo do trabalho

é descrita na literatura como um processo complexo e multidimensional, que compreende diferentes dimensões que se interligam entre si: pessoais, sociais e académicas e pelo envolvimento de múltiplos factores, tanto de natureza intrapessoal, como de natureza contextual.

Às instituições de ensino compete, entre outros aspectos educativos, propiciar a educação para a cidadania e a preparação para a vida nas suas múltiplas imposições, que não apenas as do ensaio para o emprego. No entanto, na prática este item é sem dúvida aquele que se impõe como grande objectivo da maioria dos alunos que perseguem os seus estudos.

Formar indivíduos ajustados à carreira, dotados de conhecimentos e competências suficientemente alargados e flexíveis, deve tornar-se o objectivo final da cadeia educativa, onde cada elo se deve ligar e articular num todo coerente face a estes objectivos. Desta forma criam-se condições de adaptação ao mercado de trabalho, cujo diálogo não se reduz ao mercado, mas à sociedade como um todo.

De seguida apresentam-se várias perspectivas teóricas no sentido de verificar/ comprovar a importância crescente do factor Educação/Conhecimento nas Teorias do desenvolvimento regional e a sua adequação ao estudo da competitividade territorial. Assim, ir-se-á conceptualizar a questão do desenvolvimento regional e apresentar as teorias enquadradas pelo paradigma do desenvolvimento exógeno: teoria neoclássica e teorias do desenvolvimento desigual e, finalmente, serão desenvolvidas as teorias do desenvolvimento endógeno.

Num ponto seguinte e de acordo com a estrutura proposta no Enquadramento Geral, apresentar-se-á o conceito e dimensão de Competitividade.

2. Modelos Explicativos do Desenvolvimento Regional

Qualquer processo de desenvolvimento regional só fará sentido se, efectivamente, conseguir melhorar a competitividade da região no contexto mais abrangente e alargado em que se encontra inserida. A construção da competitividade territorial passa pela compreensão dos factores determinantes da dinâmica de desenvolvimento das regiões.

Os paradigmas do Desenvolvimento Regional já referidos caracterizam-se da forma seguinte: o paradigma exógeno, de carácter economicista, explica o desenvolvimento com base numa

acumulação de riqueza resultante do livre funcionamento dos mercados e da participação das empresas regionais nos fluxos comerciais. O realce é colocado na industrialização e especialização produtiva como fontes de vantagem competitiva de uma região. Em contraponto, o paradigma endógeno valoriza as questões relacionadas com a aquisição de competências dos recursos humanos, o que permitirá criar um potencial de inovação que se irá reflectir, positivamente, na economia regional.

2.1. Perspectiva Neoclássica do Desenvolvimento Regional

A visão neoclássica do desenvolvimento regional assenta em dois princípios básicos segundo Blakely (1994): equilíbrio e mobilidade de factores de produção. Segundo esta teoria todos os sistemas económicos tendem, naturalmente, para o equilíbrio desde que não haja qualquer restrição relativamente ao fluxo de factores.

A distribuição espacial dos recursos é explicada, segundo esta teoria, do seguinte modo: considerando duas regiões e uma função de produção com dois factores variáveis – trabalho e capital e admitindo que numa delas há uma intensificação de capital, daqui vai resultar um aumento na produtividade marginal do factor trabalho com a consequente subida do seu preço, ou seja do salário e uma diminuição na produtividade marginal do factor capital com a consequente diminuição na sua remuneração. Num cenário de perfeita mobilidade dos recursos e numa lógica económica, o factor trabalho será atraído e o factor capital repellido. As proporções de factores entre as duas regiões alteram-se mas haverá tendência para o equilíbrio à medida que as produtividades marginais dos dois factores tendem a igualar-se nas duas regiões (Aydalot, 1985; Blakely, 1994). Estes mecanismos auto-reguladores do mercado actuam sempre que um factor de desequilíbrio ocorra. A situação normal ao nível regional é, assim, a de equilíbrio estável (steady-state): a convergência e o óptimo resultam da perfeita mobilidade dos factores (Aydalot, 1985).

A teoria neoclássica, tendo como princípio o livre funcionamento de mercado, pouca importância atribui às políticas regionais e às medidas que visam combater as assimetrias inter-regionais.

Como conclusão pode dizer-se que a teoria neoclássica apenas incorporou elementos importantes para a explicação das disparidades regionais, como por exemplo, o fluxo de circulação dos recursos entre regiões e entre sectores.

2.2. Teorias do Desenvolvimento Desigual

A partir de meados da década de 50 começaram a surgir novas teorias explicativas do desenvolvimento regional. Estas teorias são, normalmente, designadas por teorias do desenvolvimento desigual uma vez que assentam no pressuposto que o desenvolvimento não é um fenómeno espacialmente homogéneo e equilibrado. Os autores mais importantes desta corrente são Perroux, Myrdal e Friedmam que apresentaram vários modelos explicativos do desenvolvimento (Lopes, 1984; Aydalot, 1985;), entre os quais se destacam o modelo dos pólos de crescimento, o modelo de causalidade circular e cumulativa e os modelos centro-periferia. Tal como foi referido e segundo Santos (2005) “a teoria neoclássica atribuía aos mecanismos de mercado um papel corrector que funcionaria automaticamente sempre que o equilíbrio do sistema fosse perturbado e surgissem disfunções na afectação espacial dos recursos produtivos”. A mobilidade dos factores produtivos iria desencadear mecanismos de auto-ajustamento que cessariam quando as produtividades marginais dos factores fossem iguais e, assim, o equilíbrio inicial seria restaurado (Aydalot, 1985). As teorias do desenvolvimento desigual colocam este princípio (do equilíbrio) em causa. Perroux defende que os efeitos do crescimento se vão difundir de modo desigual, quer sobre o território quer sobre as actividades que nele se desenvolvem (Aydalot, 1985). Myrdal (1957) rejeita o conceito de equilíbrio estável, afirmando que, num sistema social não existe qualquer tendência para a auto-estabilização. Para este autor, os efeitos de acção/reacção não ocorrem em sentido contrário (em que a reacção tende a contrariar a acção), mas sim num sentido cumulativo, em que a reacção tende a aprofundar a acção e, assim, se explicariam os diferenciais de desenvolvimento entre países e entre regiões de um mesmo país (Alberto, 2009). Parece-nos então pertinente assinalar desde já a importância deste contributo de Myrdal para as modernas teorias de Desenvolvimento regional, uma vez que refere sem qualquer margem para dúvida, a existência de assimetrias regionais e as suas justificações. O modelo preconizado por Myrdal (modelo de Causalidade Circular e Cumulativa- Modelo CCC) será analisado então já de seguida.

2.3. Modelo de Causalidade Circular e Cumulativa

O modelo de Causalidade Circular e Cumulativa desenvolvido por Myrdal em 1957, parte do princípio que os desequilíbrios são circulares e cumulativos ou seja, “uma vez obtida uma vantagem de crescimento, para uma dada região, ela será mantida tornando persistentes as diferenças de crescimento regionais” (Lopes, 1984). De igual modo, incidentes adversos,

como o fecho de unidade de produção, irão gerar efeitos que tenderão a acentuar o declínio da região. Através deste modelo, Myrdal procurou explicar o efeito de dominância que as regiões mais ricas e desenvolvidas exerciam sobre as regiões mais pobres: se a remuneração dos factores de produção, nomeadamente trabalho e capital é maior nas primeiras, então gerar-se-á um efeito de atracção desses factores. O resultado é uma tendência regressiva nas regiões mais pobres e o acumular de factores de produção nas regiões mais ricas. As regiões mais pobres perderão, assim, produtividade e as disparidades entre as regiões acentuar-se-ão cumulativamente.

A figura seguinte mostra, esquematicamente, a perspectiva neoclássica (1) e a perspectiva Myrdaliana da causalidade cumulativa (2):



Figura 1 – A circularidade neoclássica e a causalidade circular cumulativa dos factores de produção.

Fonte: Aydalot (1985) in Alberto (2009)

O esquema (1) considera que a mobilidade dos factores de produção é circular de acordo com a sua produtividade marginal, ou seja, o factor trabalho migraria das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas uma vez que a sua produtividade marginal é maior e o factor capital circularia em sentido inverso (Fig.1, esquema 1). Myrdal (1957) contesta esta representação argumentando que ambos os factores circulam no mesmo sentido (Fig.1, esquema 2) ou seja, deslocando-se das zonas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas o que, a médio prazo, acentuaria as condições de desigualdade e disparidade entre regiões com diferentes estádios de desenvolvimento. Considerando que, é a mão-de-obra mais jovem e mais qualificada (consequentemente melhor remunerada) aquela que migra em primeiro lugar, verificar-se-ia a curto prazo uma diminuição no rendimento e na procura regionais; esta diminuição agravar-se-ia à medida que o processo de envelhecimento

populacional se acentuasse. Para contrariar esta tendência negativa, Myrdal (1957) defendia a implementação de políticas públicas de intervenção.

2.4. Perspectiva Territorialista

A partir da década de 80 do século XX, verifica-se, em muitos países, o acentuar das disparidades regionais o que vem pôr em causa o modelo de desenvolvimento regional seguido até então. É neste contexto que surgem as abordagens territorialistas que centram o desenvolvimento no potencial próprio de cada território: de uma concepção exógena do desenvolvimento passa-se para uma concepção endógena. A questão chave para o desenvolvimento regional deixa de ser a capacidade da região para atrair investimento externo e centra-se, nas condições e capacidades internas de cada região para a sua transformação produtiva.

2.5. Síntese

A investigação sobre o desenvolvimento regional tenta explicar o modo como a região e suas características físicas, culturais, económicas e sociais se articulam entre si, criando dinâmicas importantes e conducentes a um aumento no rendimento regional e na qualidade de vida das populações.

O primeiro paradigma do desenvolvimento – desenvolvimento exógeno – minimizava as características intrínsecas e estruturantes das regiões e centrava-se numa explicação economicista do desenvolvimento baseada no princípio do livre funcionamento dos mercados.

Aparece, no entanto, um dos modelos mais “inovadores” dentro deste paradigma e que é o Modelo CCC (Myrdal, 1957). Segundo este autor a mobilidade dos fatores de produção, a médio prazo, acentuaria as condições de desigualdade e a dominância das regiões mais desenvolvidas sobre as menos desenvolvidas.

No entanto a falta de resposta da maioria dos modelos clássicos para explicar as profundas alterações que se verificavam, em parte determinadas pelo fenómeno da globalização, levou ao aparecimento de um novo paradigma – desenvolvimento endógeno- que coloca as questões territoriais no centro do debate aprofundando as bases críticas do modelo CCC. Aydalot (1985) refere que o desenvolvimento endógeno é a flexibilidade em oposição à rigidez das formas de organização clássica, e é a base de uma sociedade inovadora. Do ponto

de vista da análise da competitividade territorial é, também, o paradigma mais adequado uma vez que é o único que considera a organização espacial como um factor autónomo e diferenciado, criando as bases para a introdução do chamado “novo factor de produção”: o conhecimento.

Segundo Teixeira (2002), o fim dos percursos de estudos significa a transição para o estabelecimento de novas metas profissionais que implica no planeamento do futuro, por meio de uma reavaliação das escolhas realizadas, das experiências vividas até o momento e também uma antecipação do futuro próximo. Não somente ao nível profissional, como também ao nível pessoal. Esse momento de transformação na área profissional é influenciado, entre outras coisas, pelas crenças de autoeficácia que o estudante tem das suas capacidades e pelas atribuições exigidas pelo mercado de trabalho. De acordo com Vieira e Coimbra (2006), as instituições de educação deveriam oferecer programas de intervenção que favorecessem a percepção de apoio aos estudantes que estivessem no final do curso e, consequentemente, no processo de transição para o trabalho. Programas estes em que os estudantes deveriam ter oportunidades de discutir questões referentes à sua inserção profissional. Deveria ser também um palco, por excelência, onde as crenças de autoeficácia poderiam ser incentivadas, já que, segundo estes autores, essas crenças ajudariam o estudante não só nas escolhas adequadas de atividades, como nas estratégias usadas para alcançar os objetivos, envolvendo o esforço e a persistência.

3. Competitividade: Conceitos e Dimensões

Apesar de ser dos temas económicos mais discutidos e analisados actualmente, o conceito de competitividade carece, ainda, de uma definição precisa, uma vez que é adaptado, por vezes de forma pouco válida, aos diferentes níveis de análise considerados: empresa, sector, região, país ou região supranacional (Krugman, 1994; Pereira, 2005).

Apesar de todos os níveis de análise anteriormente referidos e que necessitam de indicadores distintos que permitam objectivar os seus diferentes desempenhos competitivos, verifica-se que o conceito de competitividade e os instrumentos e meios para a alcançar têm vindo a apresentar um carácter evolutivo, dependendo, fortemente, do paradigma económico dominante ao longo do tempo.

Novo Paradigma Competitivo

(a partir da segunda metade da década de 90)

- Globalização e economia da procura;
 - Produzir melhor, mais rápido e a mais baixo custo; qualificação dos recursos humanos;
 - Minimizar recursos em vez de maximizar receitas;
 - Organização, sistema, valor, equipamento, produção;
 - Informação, conhecimento, diferenciação, imaterial;
 - *Delivered* ou *made by* em vez de *made in*.
-

1

Inicialmente, o paradigma que regia a competitividade assentava no princípio das vantagens comparativas que explicava a competitividade (quer ao nível da empresa, quer ao nível regional) através da dotação dos recursos produtivos.

Actualmente, as vantagens competitivas tendem a ser explicadas por um conjunto de intangíveis como a qualidade, imagem, conhecimento tecnológico, investigação e inovação (Morgan *et al.*, 2000; Mateus *et al.* 2000).

O ênfase dado à inovação e ao conhecimento tecnológico, aliados à complexidade de implementar um sistema de inovação conduziu a uma maior interacção entre os agentes envolvidos. Muitas empresas, devido à sua dimensão, não possuíam capital nem recursos humanos suficientes para avançarem com um sistema próprio de investigação e inovação, surgindo assim as chamadas “redes organizacionais”.

Segundo Gomes e Sugano (2006), uma das maiores vantagens dessas redes é a oportunidade de aprendizagem, uma vez que, para além da transmissão e partilha de conhecimento, gera-se novo conhecimento.

Partindo da constatação que a inovação não aparece de forma uniforme, Crevoisier (2004) conclui que o território pode gerar os recursos e os actores necessários à inovação: o *know-how* aparece sob a forma de recursos intrínsecos a essa região e são, regularmente, “renovados” pela actividade económica e pela acção das instituições regionais, nomeadamente no que se refere a educação, formação, investigação e desenvolvimento experimental (Asheim e Isaksen, 2002).

Estas redes regionais devem potenciar o aparecimento de sistemas de inovação que constituem um dos factores chave para aumentar o desempenho competitivo, quer das empresas, quer da região onde se encontram inseridas. Esse aumento de competitividade

¹ In: Alberto, Deolinda Maria Fonseca – “Desenvolvimento e Competitividade Regionais: Aplicação do Modelo da Tripla Hélice à NUT III Beira Interior Sul” (2009)

resultará muito especialmente do aumento da qualificação dos recursos humanos como resultado da implementação de políticas educativas e de formação profissional adequadas e baseadas no conceito de aprendizagem ao longo da vida (Veliyath e Zahra, 2000)

3.1. Competitividade e a Localização

Na identificação dos factores de competitividade, a questão da localização da empresa tem merecido um amplo debate por parte da comunidade científica. Porter (1990) relaciona o sucesso empresarial com um certo grau de aglomeração geográfica, o que quer dizer que as empresas retiram vantagens competitivas da existência de outras empresas (relacionadas e/ou de suporte), de organizações privadas (associações sócio - profissionais, por exemplo) ou públicas (estabelecimentos de ensino, centros de investigação, entre outros), numa determinada localização. Esta ideia é corroborada por dados empíricos (Krugman, 1998) que mostram que a actividade económica tende a concentrar-se em zonas bem definidas. Em igualdade de circunstâncias as empresas preferem fixar-se em zonas com bom acesso aos mercados mas, simultaneamente, o acesso ao mercado tende a aumentar nas regiões onde as empresas se resolvem fixar. Com base nesta evidência nasce a hipótese do processo de concentração produtiva ser cumulativo, ou seja, a concentração de empresas em determinado espaço geográfico, permite a obtenção de economias de aglomeração que geram uma vantagem competitiva crescente. Aqui podemos fazer a ponte com o Modelo CCC, desenvolvido por Myrdal em 1957, que parte do princípio que os desequilíbrios são circulares e cumulativos ou seja, “uma vez obtida uma vantagem de crescimento, para uma dada região, ela será mantida tornando persistentes as diferenças de crescimento regionais” (Lopes, 1984). Assumindo que a localização é uma fonte de competitividade empresarial isso significa que não se pode dissociar a empresa da região onde ela se insere. Deste modo, há que perceber quais são os factores de atractividade que uma região pode oferecer para que as empresas aí se instalem e de que modo esses factores podem (ou não) ser acentuados pela actividade conjunta de todos os actores regionais. Quer isto dizer que as unidades territoriais competem entre si, rivalizam na oferta de condições para captação de investimento e atracção de recursos humanos qualificados (entre outros factores); as regiões são distintas devido à sua localização, a qual resulta em diferentes condições de acesso aos mercados, porque proporcionam diferentes condições para as actividades humanas e/ou porque possuem recursos naturais específicos.

São todos estes factores diferenciadores que moldam a competitividade de uma região.

3.2. Modelos de Competitividade Regional

3.2.1. Diamante da Competitividade

Após ter estudado a competitividade ao nível da empresa e do sector de actividade e de ter desenvolvido as ferramentas metodológicas para a sua análise, Porter (1990) centra a sua análise a um nível mais restrito e tenta dar resposta à questão: por que é que algumas nações têm êxito e outras fracassam na competição internacional?

A alguns atributos do ambiente no qual as empresas competem, Porter juntou a acção do governo e o papel do acaso (acontecimentos fora do controle das empresas) e assim definiu o “diamante da competitividade”.

No diamante, o efeito gerado por um determinante depende da aplicação bem sucedida dos outros (Porter, 1990). A competitividade do sector resulta, então, da estrutura relacional evidenciada pela integração dos determinantes que compõem o diamante; as condições nacionais não são igualmente propícias para todos os sectores de actividade, pelo que os países têm mais probabilidade de obter êxito em indústrias ou segmentos de indústria onde o diamante é mais favorável. As diferentes configurações nacionais do diamante explicam porque as empresas de um sector de actividade numa determinada localização, conseguem níveis superiores de produtividade relativamente a empresas similares mas sediadas noutro local.

Também este autor atribui uma importância significativa à qualidade e disponibilidade dos factores produtivos característicos de cada região, nomeadamente à qualificação dos recursos humanos (ou “recursos de conhecimento”), sendo então referido como um dos determinantes da competitividade e que, segundo Porter (1990), podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Recursos humanos: quantidade, capacidade e custos com a mão-de-obra, tendo em linha de conta a legislação laboral e a ética de trabalho de um país;
- Recursos físicos: abundância, qualidade, acessibilidade, custo da terra, água, minérios, madeiras, fontes de energia eléctrica, pesqueiros e outras características físicas do país. As condições climáticas, a localização, o tamanho geográfico e o fuso horário, são, igualmente, recursos físicos que podem gerar vantagens competitivas;

- Recursos de conhecimentos: *stock* que o país dispõe de conhecimentos científicos, técnicos e de mercado. Estes recursos estão, de modo geral, nas instituições de ensino superior e nas instituições de investigação e experimentação, públicas e privadas;

3.2.2. Modelo do Desempenho Competitivo do Território

O modelo proposto por Lopes (1998) incorpora três dimensões que, no seu conjunto vão determinar o desempenho competitivo do território. A primeira, dita empresarial, resulta da dinâmica do tecido produtivo local, nomeadamente da capacidade de gestão estratégica, na utilização de modelos de produção adaptados à natureza da concorrência e no acesso à inovação; a segunda dimensão, dita territorial, resulta do padrão local de vantagens comparativas, nomeadamente na dotação de recursos primários e na dinâmica de criação de recursos avançados; a terceira e última dimensão, de cariz organizacional, refere-se às articulações entre o território e a sua macro-envolvente.

Seguidamente proceder-se-á a uma explicação mais detalhada de uma destas dimensões analíticas:

- *O padrão local de vantagens comparativas*, uma vez que é o mais relevante para a nossa análise.

Esta dimensão está associada à existência de factores de produção que diferenciam um território face a outros. Face ao paradigma competitivo actual (vêr pág. 12), os factores mais relevantes para a formação de vantagens comparativas são os recursos humanos qualificados e uma elevada capacidade de inovação que se consubstancia na produção de bens e serviços diferenciados.

Em função da relevância que assumem no paradigma competitivo, os factores de produção podem, na perspectiva de Lopes (1998), ser subdivididos em primários ou avançados. De entre os factores avançados o autor dá especial ênfase ao desenvolvimento do mercado local, ao capital humano local e à oferta local de serviços.

Relativamente ao capital humano de um território, a perspectiva do autor refere que “ é o resultante do esforço educacional de base conjugado com as qualificações profissionais da população, sejam estas de tipo formal ou matizadas pelo saber de experiência feito” (Lopes, 1998).

Para o autor, a qualificação dos recursos humanos e as sinergias associadas à sua utilização produtiva desempenham um papel determinante na competitividade do território. Isto significa que, a par de um forte investimento em educação e formação profissional, é

necessário criar as condições, económicas e sociais, para que a mão-de-obra permaneça na região e, assim, se estabeleça um processo cumulativo de interacção entre o desenvolvimento do território e o seu capital humano.

Podemos agora fazer uma extrapolação destas conclusões para o país que acolhe esta iniciativa.

A breve reflexão que apresentamos nos parágrafos seguintes tem como ponto nuclear a comparação estática entre uns poucos, mas ilustrativos, indicadores económicos e sociais de grandes zonas regionais, que permitem evidenciar fortes divergências inter-territoriais no país.

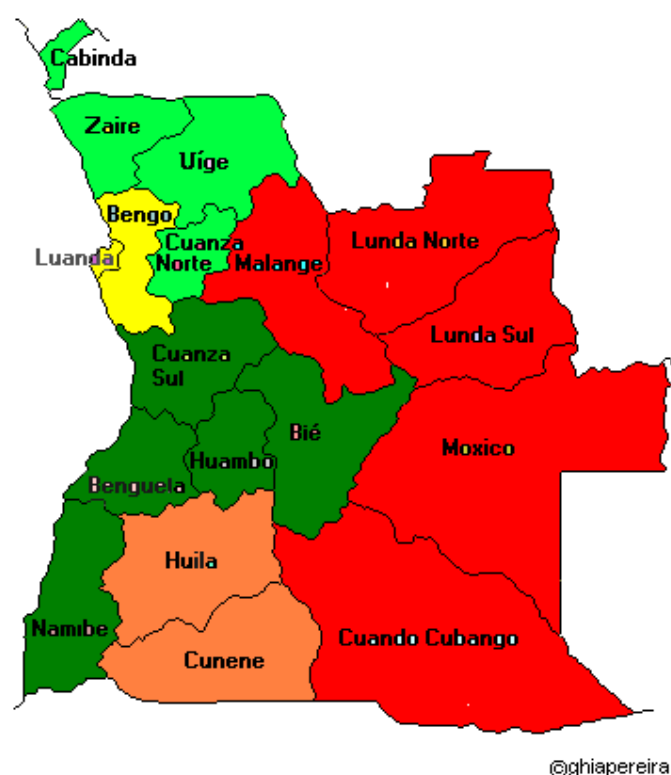


Fig. 2- Regiões de Angola²

² In: Rocha, Manuel J.A., "Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola- Os factores de competitividade territorial", Universidade Católica de Angola, 2010.

Em Angola existem graves desequilíbrios regionais internos. Os 27 anos de guerra são uma das razões explicativas, ao terem acentuado o êxodo rural e colocado a migração em níveis nunca acontecidos no País.

A disseminação do crescimento económico é, agora, um grande desafio. As evidências empíricas até 2006 (dados disponíveis) denunciavam uma excessiva e economicamente contraproducente concentração do crescimento e dos seus resultados em 5% da população, meia dúzia de sectores de actividade económica, 0,18% do território nacional e um reduzidíssimo número de produtos exportáveis³, demonstrando assimetrias regionais assustadoras.

A redução das desigualdades territoriais, através da qual se pode levar o crescimento económico e os seus benefícios ao interior do país, deve ser o novo e próximo *case study* de Angola. Para que Angola se torne num país onde as disparidades regionais se confinem às vantagens comparativas de cada província ou às diferenças culturais e históricas, tem de se começar por políticas económicas e sociais que permitam a retenção da população noutras regiões que não Luanda e as do litoral. Os sistemas de educação e formação profissional são os de maiores resultados a curto prazo, ao adiarem a entrada da população activa no mercado de trabalho. Em simultâneo, as políticas de incentivo ao crescimento económico devem *pressionar* os investidores e empreendedores a localizarem as suas empresas e actividades no interior do país.

Em 2006 mais de 77% das empresas em actividade estavam em Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Cabinda e Namibe. Luanda (com uma área de 2257 quilómetros quadrados), respondeu por 75,1% do volume global de negócios realizado no país, 55% do número total de empresas e estabelecimentos existentes e por 32,3% do emprego total (com os parciais de 25,3% do emprego público e 64,3% do emprego empresarial, público e privado)⁴.

Em 2011, as Despesas do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, num total de 38.296.959.112,00 de *kwanzas*, foram distribuídas em 20% para a Província de Luanda, 6% para o Huambo e cerca de 1,1% para a Lunda Norte. Por curiosidade de comparação, o

³ In: Rocha, Manuel J.A., "Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola- Os factores de competitividade territorial", Universidade Católica de Angola, 2010.

⁴ In: Rocha, Manuel J.A., "Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola- Os factores de competitividade territorial", Universidade Católica de Angola, 2010, com base no Recenseamento Geral de Empresas e Estabelecimentos e as Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais 2003-2006 do Instituto Nacional de Estatística, 2008.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas teve um orçamento superior: 46.501.936.126,00 de kwanzas.⁵

Conclusão

Com este trabalho encontramos testemunhos que permitem a constatação que as várias perspectivas teóricas do desenvolvimento regional, bem como o estudo da competitividade territorial enquadrado pelo paradigma do desenvolvimento endógeno (e mesmo, dentro do paradigma exógeno do desenvolvimento regional, o Modelo CCC) realçam a importância crescente do factor produtivo “Educação/Conhecimento” como força impulsionadora do Desenvolvimento Regional. Ainda que sumariamente, na fase final deste trabalho, é também possível destacar, comparativamente, indicadores económicos e sociais de grandes zonas regionais angolanas, que permitem evidenciar fortes divergências inter-territoriais no país. Na nossa perspectiva, alicerçada nas conclusões e pesquisas realizadas neste trabalho, estas disparidades poderiam ser atenuadas com um investimento mais forte na componente educacional e de formação do capital humano das diferentes regiões.

⁵ Dados recolhidos do “Portal Oficial do Governo de Angola”- Publicações Especiais: +Resumo das Despesas do Órgão por Unidade Orçamental e Categoria Económica, 12/2011. <http://www.governo.gov.ao/download.aspx?id=827&tipo=publicacao>.

Referências bibliográficas

- Alberto, D. (2009), "Desenvolvimento e Competitividade Regionais: Aplicação do Modelo da Tripla Hélice à NUT III Beira Interior Sul", Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Asheim, B.; Isaksen, A. (2002), Regional innovation systems: the integration of local sticky and global ubiquitous knowledge, *Journal of Technology Transfer*, Vol.27, Nº1, 77-86.
- Aydalot, P. (1985), *Economie Régionale et Urbaine*, Éditions Economica, Paris.
- Aydalot, P. (1986), *Trajectoires Technologiques et Milieux Innovateurs*, GREMI/EDES, Neuchâtel.
- Baker & Siryk (1989). Exploratory Factor Analysis: Its role in item analysis. *Journal of Personality Assessment*, 68 (3), 532-560.
- Blakely, E. (1994), *Planning Local Economic Development*, Sage Publications, London.
- Crevoisier, O. (2004), The innovative milieux approach: towards a territorialized understanding of the economy, *Economic Geography*, Vol. 80, Nº4, 367-379.
- Drucker, P. (1986), *Inovação e Gestão. Uma Nova Conceção de Estratégia de Empresa*, Editorial Presença, Lisboa.
- Fagerberg, J.; Knell, M. ; Srholec, M. (2004), The competitiveness of nations : economic growth in the ECE regions, UNECE Spring Seminar Competitiveness and Economic Growth in the ECE Regions, Geneva.
- Ferreira, J.; Leitão, J. ; Raposo, M. (2006), Avaliação multidimensional da competitividade regional: o caso da Beira Interior, 12º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Viseu.
- Ferreira (1991). *A Universidade e os seus estudantes: Um enfoque psicológico*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Fouad & Smith (1996). Involving colleges: Encouraging student learning and personal development throughout-of class experiences. San Kristof-Brown, R.D., Zimmerman, &Johnson, E.C. (2005). Consequences of individuals' fit at work: A meta-analysisof person–job, person–organization, person–group, & person–supervisor fit, *Personnel Psychology*, 58, p. 281–342.
- Gainor & Lent (1998). Circumscription and compromise: a developmental theory of occupational aspirations. *Journal of Counseling Psychology*. 28 (6), p. 545-479.
- Gomes, C.; Sugano, J. (2006), A busca de vantagem competitiva à luz de algumas abordagens teóricas, XIII Simpósio de Economia da Produção, Bauru.
- Hackett, Betz, Casas & Rocha-Singh (1992). A theory of vocational choice. *Journal of Counseling Psychology*, 6,35-45.
- Huggins, R. (2003), Creating a UK competitiveness index: regional and local benchmarking, *Regional Studies*, Vol. 37, Nº1, 89-96.

Jacob, M. (2006), Utilization of social science knowledge in science policy: systems of innovation, triple helix and vinnova, *Social Science Information*, Vol.45, Nº3, 431-462.

Krugman, P. (1994), Competitiveness: a dangerous obsession, *Foreign Affairs*, Vol.73, Iss.2, 28-45.

Krugman, P. (1998), Space: the final frontier, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12, Iss.2, 161-174.

Lapan, Boggs & Morril (1989). A psychological theory of work adjustment. University of Minnesota Press. Minneapolis.

Lent, Brown & Larkin (1984). Introduction to theories of career development and choice: Origins, evolution, and current efforts. In D.Brown & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (p. 1-32).San Francisco: Jossey-Bass.

Lent, Brown & Larkin (1986). A social cognitive framework for career choice counseling. *The Career Development Quarterly*, 44, 354–366.

Lent, Lopez & Bieschke (1991). Introduction to theories of career development and choice: Origins, evolution, and current efforts. In D.Brown & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (p. 1-32).San Francisco: Jossey-Bass.

Lent, Lopez & Bieschke (1993). On conceptualizing and assessing social cognitive constructs in career research: A measurement guide. *Journal of Career Assessment*, 14 (1), 12-35.

Lopes, A. (1984), *Desenvolvimento Regional*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Lopes, R. (1998), *Dinâmicas de Competitividade Territorial: Portugal por Referência*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa.

Mateus, A.; Madruga, P.; Rodrigues, D. (2000), *Pirâmide de competitividade regional das regiões portuguesas*, Estudos Regionais, 2º semestre, Lisboa.

Mateus, A. (2007), Knowledge, innovation, competitiveness: the Portuguese regions, *Regional Studies Association International Conference "Regions in Focus"*, Lisbon.

Morgan, B.; Brooksbank, D.; Connolly, M. (2000), The role of networking in the new political economy of regional development, *European Planning Studies*, Vol.8, Iss.3, 319 – 336.

Myrdal, G. (1957), *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, Methuen and Co, London.

Pereira, M.E. (2005), *Factores de Competitividade e Desempenho Empresarial: Um Estudo Aplicado ao Sector da Cerâmica em Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Portal Oficial do Governo de Angola (2011), *Publicações Especiais: Resumo das Despesas do Órgão por Unidade Orçamental e Categoria Económica*.
<http://www.governo.gov.ao/download.aspx?id=827&tipo=publicacao>.

Porter, M. (1990), *A Vantagem Competitiva das Nações*, 14ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro.

Rocha, Manuel J.A. (2010), "Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola- Os factores de competitividade territorial", Universidade Católica de Angola.

Santos, D. (2005), Modelos de crescimento regional: a perspectiva territorialista, Compêndio de Economia Regional, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra.

Silva, M.J. (2003), Capacidade Inovadora Empresarial. Estudo dos Factores Impulsionadores e Limitadores nas Empresas Industriais Portuguesas, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Veliyath, R. ; Zahra, S. (2000), Competitiveness in the 21st century: reflections on the growing debate about globalization, Advances in Competitiveness Research, Vol.8, nº1, 14-33.